

NÃO HÁ “CIÊNCIA NORMAL” PARA NÓS: DESAFIOS DE UMA PUTAFEMINISTA

THERE IS NO “REGULAR SCIENCE” TO US: CHALLENGES OF A PUTAFEMINIST

RESUMO

Neste ensaio debato a respeito das dificuldades em realizar uma pesquisa de metodologia feminista quando se é uma pesquisadora e trabalhadora sexual, que se inspira no putafeminismo como perspectiva principal para construção de um trabalho sobre putas e com putas. Para isso, tenciono e exponho minhas convergências e divergências com algumas perspectivas feministas sobre a prostituição, e apresento os passos que segui para realização de uma pesquisa putafeminista. Realizo discussões junto a diferentes teóricas feministas e ao filósofo Walter Benjamin, a fim de retratar como traduzi os saberes da zona para academia, bem como, afirmar o foco principal da construção da pesquisa que fora a aceção de que putas também podem ser agentes de conhecimento.

Palavras-chave: Putafeminismo. Narratividade. Gênero. Trabalhadoras sexuais.

ABSTRACT

In this current essay, I debate regarding the difficulties to carry out a feminist methodology research when the very own researcher is a sex worker that inspired herself in putafeminism as the main perspective to create a paper about whores and with whores. To do so, I intend and expose my convergences and divergences with some feminists perspectives on prostitution, and present the steps I followed to the realization of a putafeminist research. I conduct discussions among different feminist theoretical and the philosopher Walter Benjamin, to portray how I translated the knowledge from the prostitution zones to the academy, as well as, to indicate or the main focus of the research construction that is an acceptance that whores can also be agents of knowledge.

Keywords: Putamenism. Narrativity. Gender. Sex workers.

Contextualizando os desafios

Neste texto tenciono e exponho as dificuldades que experienciei em meio a realização de uma pesquisa acadêmica de metodologia feminista. Tais dificuldades foram geradas frente ao meu duplo posicionamento de pesquisadora feminista e trabalhadora sexual. A pesquisa a que me refiro, fora realizada junto a outras trabalhadoras sexuais, em três puteiros diferentes, localizados nos estados de São

Adriely O. Clarindo

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: clarindoadriely@hotmail.com

Paulo e Espírito Santo. E em minhas caminhadas entre puteiros, levei em consideração as narrativas das putas, a fim de analisar e debater as múltiplas experiências na prostituição, e desconstruir visões redundantes e estereotipantes que se inscrevem sobre nossas vidas. E que nos colocam em posições previsíveis e estáticas como as de vítimas, incapazes, vorazes e vilãs. No entanto, neste texto, menos que tratar dos resultados da pesquisa a qual evoco, irei me ater às dificuldades que encontrei frente ao debate metodológico.

Os obstáculos em manusear um trabalho de metodologia feminista, ocorreram quando reconheci que as próprias escolhas dos conceitos com os quais poderia gerir metodologicamente minha pesquisa, deveriam ser utilizados taticamente para incomodar e afrontar os embates acadêmicos e políticos sobre prostituição. Além disso, mover-me de uma posição de objeto de pesquisa, como comumente são vistas as profissionais do sexo, para a posição de pesquisadora, requereu-me entrar em confronto com algumas proposições feministas de caráter maniqueístas sobre o trabalho sexual, e recusa-las.

Desatar-me do obsoleto e repetitivo jargão que amortece putas entre vítimas ou vilãs, desejando esmiuçar e embaralhar algumas percepções sobre nós, não fora uma tarefa fácil. As linhas que precisavam traçar um método tomavam o centro de minhas preocupações, e assim como lerão mais a frente, preocupava-me em tornar não só toda a pesquisa digna de legitimidade, mas em reforçar meu posicionamento como feminista, pesquisadora, e afirmar politicamente que putas¹ também podem ser feministas.

Atrair um posicionamento político e o ativismo às teorias feministas, era parte do meu emaranhado. Este que não fora vivenciado apenas por mim; muitas outras pesquisadoras, assim como trabalhadoras sexuais já me antecedem neste esforço. E em convergência com a pesquisadora Cláudia Fonseca (2016), creio que uma característica que se pode associar ao campo dos estudos feministas é a coragem de “botar o pescoço no bloco” dos debates políticos e assumir as responsabilidades e consequências.

Seguindo a afirmação de Fonseca (2016), me inquietava com a compreensão de que as consequências de me posicionar não terminavam no debate acadêmico. Não romantizar a zona ou a vida das minhas colegas de trabalho em prol de uma pesquisa perfeitamente desafiadora e revolucionária, me assombravam entre uma escrita e outra. Trepando em conexões entre academia e zona, apalpava ora com asco, ora com desejo as proposições feministas sobre a prostituição.

E tateando o emergente feminismo das putas, como possibilidade de perspectiva central na construção da pesquisa, notei que não havia lições prontas

¹ Os termos Trabalhadora sexual, prostituta e puta, estão em constante disputa no Brasil. Alguns grupos organizados de prostitutas preferem o uso do termo trabalhadora sexual, como meio de denotar o caráter da luta por direitos trabalhistas pelos quais lutam, bem como afirmar a concepção da prostituição como trabalho. Utilizo alternadamente os três termos, como meio de não tornar seus usos repetitivos. Além disso, entendo que não se trata de buscar um termo correto e definidor de experiências, uma vez que eles variaram de acordo com os afetos e com a sensorialidade no campo de pesquisa. Para melhor compreensão dos dissensos sobre os termos, sugiro Skackauskas (2014) e Olivar (2012).

para se afirmar um trabalho acadêmico assumidamente de cunho putafeminista. Em contínua afluência com Fonseca (2016), compreendi que quanto aos estudos feministas, seus desdobramentos estão em constante disputa, tornando “o pacote” frágil, instável – algo a ser renegociado em cada novo contexto.

Negociando e renegociando posições que para alguns podem ser antagônicas: puta, feminista, pesquisadora, este ensaio é sobre como inscrevi uma pesquisa de cunho putafeminista. Todavia, menos que pretenciosa e decorosamente ordenar regras e métodos específicos para pesquisas subsequentes, o que almejo é mostrar as dificuldades e reviravoltas que uma puta pode encontrar enquanto inscreve as experiências compartilhadas com outras colegas. É, também, para escancarar as complexidades de se posicionar como uma puta acadêmica. Ademais, a fim de externar meus impasses e adversidades, realizo discussões junto à diferentes teóricas feministas e o filósofo Walter Benjamin.

A puta que pesquisa putaria²: contestando as desqualificações

Enquanto construía minha pesquisa, assim como muitas pessoas que me antecedem, como, por exemplo, Sojourner Truth, Judith Butler, Gabriela Leite³, Guacira Louro (1997), me via embaraçada pela adjetivação feminista. Me pegava às voltas sobre como incorporar esta adjetivação ao meu trabalho, como fazer isso de modo que ele seja digno de credibilidade. A recorrente preocupação com a ideia de credibilidade gira em torno sobre o que se deve ceder para ser compreendida como uma pesquisadora feminista.

Em meu caso, especificamente, me via entrelaçada não só pela adjetivação feminista, mas putafeminista. Estive muitas vezes questionando sobre como realizar uma pesquisa que se afirme como uma pesquisa putafeminista, se nem ao menos algumas correntes feministas admitem que uma prostituta reivindique um lugar no feminismo. Para perspectivas como as de Carole Patman (1993) e Andrea Dworkin (1993), a prostituição é uma atividade intrinsecamente violenta, onde a oferta e comercialização do sexo são compreendidas como estupro pago. Sob esta ótica, a

² Compreendo a putaria como um modo de vida em que experiências, dores, aprendizagens e delícias em ser puta confluem, estão em conjunto.

³ Opto por trazer estes nomes como meio de exemplificar pessoas que estiveram de algum modo em posição conflitante com o feminismo. Sojourner Truth, escritora abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher, assim como sugere Djamilla Ribeiro (2019), com seu discurso mais conhecido, denominado “E eu não sou uma mulher?”, já anunciava um grande dilema com o feminismo branco e sua universalização da categoria mulher. Judith Butler e suas obras de caráter provocativo, e potencialidades críticas ao próprio feminismo, problematiza, entre outras questões, a noção de mulheres como sujeito do feminismo. Gabriela Leite e seu ativismo e militância afirma prostitutas como feminista, mesmo frente à negação de algumas correntes feministas. E Guacira Louro, há mais de uma década, como referenciado acima, se viu embaraçada pela adjetivação feminista frente às dificuldades em assumir ou reivindicar essa qualificação no meio acadêmico.

prostituição não é vista nem ao menos como trabalho, mas como pura violação do corpo e da dignidade das pessoas que comercializam seu sexo⁴.

Diante de concepções como estas, começava a me questionar sobre o que deveria uma prostituta fazer para ser vista como feminista. Frente a perspectivas que consideram a prostituição como pura violência e prostitutas vitimadas pela objetificação sexual, questionava-me ainda se seria necessário deixar de ser prostituta para cumprir um papel no feminismo. E mais, o que fazer para inscrever uma pesquisa putafeminista em meio a este cenário?

Engatada a estas questões, dei de encontro com a afirmação de Sandra Harding (1986), sobre não haver “ciência normal” para cientistas feministas, e com sua recomendação para que aceitemos esta condição. A recomendação da autora se dá devido a questões sobre como construir uma teoria feminista adequada, ou mesmo diversas teorias, frente ao fato de que a vida social, que é nosso objeto de estudo, e dentro do qual se formam e se testam nossas categorias de análise, está em constante ritmo de mudança.

Para ela, enxergando este caráter de fervilhante transformação da vida social, seria delirante imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, com um paradigma de ciência normal, e pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. E, por isso, aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas feministas possibilita uma reflexão teórica sobre os aspectos da realidade política que vivemos, de modo que podemos usar das próprias instabilidades como recurso e prática (Harding, 1986).

O termo “ciência normal”, usado pela autora para pensar a instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista, foi proposto por Thomas Kuhn (2017) para dizer de uma ciência que se baseia em realizações científicas anteriores, reconhecidas por comunidades acadêmicas, e que proporciona fundamentos para práticas posteriores.

A ciência normal é então caracterizada por um paradigma que legitima quebra-cabeças e problemas sobre os quais uma comunidade trabalha. Estes paradigmas fornecem modelos leis, teorias, aplicação e instrumentação que geram tradições coerentes e específicas da pesquisa científica. Esse modelo científico trata então do compartilhamento de paradigmas, em que há um comprometimento e um consenso que raramente irão gerar desacordo declarado entre os cientistas (Kuhn, 2017).

Olhando para estas proposições sobre ciência normal, e as recomendações de Harding (1986), resolvi aceitar o conselho da autora, e entender que não há estabilidade no modo de produzir uma pesquisa feminista, e por este mesmo motivo não há um consenso entre as teorias feministas. Decidi agarrar-me a isto, olhar para as instabilidades e as discordâncias entre os pontos de vistas dos feminismos

4 Antes que se pense que as discussões feministas sobre o tema, partam apenas de polos completamente opostos, aludo ao que Adriana Piscitelli (2005), afirma sobre perspectivas de diferentes grupos feministas criarem um ambiente heterogêneo, que caminham desde a concepção da sexualidade como elemento utilizado na objetificação de mulheres, até percepções mais cautelosas que reconhecem a existência de uma ordem sexista, mas que ainda assim não entende como determinante. Para esta última posição, a figura da prostituta não pode ser reduzida a apenas um objeto passivo.

sobre a prostituição, e optei por construir uma pesquisa através de uma perspectiva putafeminista.

Para isso, me coloquei a pensar sobre a metodologia feminista, e os ponho a pensar junto sobre o assunto, para que entendam o que estou compreendendo como uma pesquisa como putafeminista. *A priori*, fiz um breve retorno às considerações de Guacira Louro (1997) sobre a dificuldade de uma pesquisadora feminista assumir ou reivindicar essa qualificação no meio acadêmico, pois, se admitirmos como padrão de ciência, e então de pesquisa, uma ação regida por paradigmas teóricos e ordenados por procedimentos metodológicos, caracterizada por uma atitude desinteressada, objetiva, isenta e se, ao mesmo tempo, entendermos que o feminismo implica um posicionamento interessado, comprometido e político, estamos diante de um impasse: ou somos cientistas ou somos feministas (Louro, 1997: 142).

Para a autora, a pesquisa feminista é, então, assumidamente, uma pesquisa interessada e comprometida. Ela fala a partir de um lugar. E, portanto,

Não há possibilidade — nem pretensão — do estabelecimento de um conjunto de conceitos teórico-metodológicos assentados, estáveis, mais ou menos indiscutíveis e aceitos por todas/os. A proposição é operar com categorias analíticas instáveis, é movimentar-se em meio a um campo teórico que está em contínua construção, que acolhe a crítica como parte de sua construção (Louro, 1997: 145).

Penso que atualmente a possibilidade de uma pesquisadora ser feminista já não convoca olhares espantados como antes. Ainda assim, no caso de quem vos escreve, a proposição se complica, porque, se por um lado o modo de pesquisa feminista entende que não há neutralidade no processo de pesquisa e construção de conhecimento, por outro, prostitutas muitas vezes são desqualificadas ao reivindicarem a posição de feminista, e quem dirá a posição de pesquisadora putafeminista.

Para que se entenda melhor tal desqualificação, visito Simone de Beauvoir que em sua celebre obra *O Segundo Sexo*, em meio a discussões sobre a prostituição, sugeriu que prostitutas resumem todas as figuras da escravidão humana⁵. Se tomarmos esta prerrogativa como norteadora para pensarmos a respeito das putas e seu trabalho, atrelando a figura da prostituta à escravidão, poderemos compreender que esta sugestão acaba por colocar prostitutas como uma propriedade a ser transacionada, e subordinada a um outro ser humano.

O que me toca diante desta derrapante concepção de Beauvoir (2016), é que ela abre espaços para discursos e práticas abolicionistas e salvacionistas, que creem

5 Em Beauvoir (2016), encontramos, apesar desta pontual afirmação, posições que contribuem para pensarmos como a condição da prostituta se aproxima da condição da mulher casada, de modo a mostrar como ambas não ocupam posições fixas. O que, portanto, abre frestas para pensarmos que a ideia salvacionista pode não passar de uma arrogância ingênua. Isto vê-se no trecho onde a autora afirma que o casamento e a prostituição se aproximam quando pensamos o ato sexual como um serviço prestado por esposas e por prostitutas.

veemente na salvação das putas para que, apenas assim, elas possam ser capazes de exercer alguma prática não as violenta. Abolindo a putaria e resgatando putas, esta seria a ingênua tarefa das feministas preocupadas com o bem-estar feminino. Trabalhos como os de Piscitelli (2016), Prada (2018), Olivar (2012), Blanchette & Silva (2018), Mayorga & Diniz (2018), Juliano (2005), elevam e aprofundam as discussões sobre o assunto e rejeitam perspectivas salvacionistas e abolicionistas.

Em comum, estes últimos autores, embaralham as percepções estigmatizantes que recaem sobre as putas, e apostam na possibilidade de autonomia entre trabalhadoras sexuais, tencionando a ideia salvacionista, abrindo espaços para pensarmos na capacidade de agência das putas. Assim como, apontam para a existência de práticas feministas em nossa vida cotidiana, sem com isso, romantizar as dificuldades enfrentadas por quem exerce a prostituição, que não deixa de ser um trabalho precário.

Ademais, entremeada a estes acirramentos de posições divergentes, me vi frente a outro desafio, pois não bastava apoiar-me na ideia sugerida tanto por Louro (1997) quanto por Harding (1987), de que em pesquisas feministas é necessário que o pesquisador se coloque no mesmo plano dos sujeitos de pesquisa, como quem deixa à mostra que sua classe, raça, cultura e gênero moldam os resultados das análises da pesquisa realizada.

Quando me coloco no mesmo plano que os sujeitos de pesquisa, e afirmo que minha pesquisa fora norteadas por pressupostos putafeministas, e que sou uma puta, para alguns não bastará que estas posições sejam colocadas em análise. O entrelaçamento de uma prostituta junto ao feminismo quando pensado no âmbito da pesquisa, como vimos, para algumas perspectivas, as possíveis análises realizadas não passarão de meros delírios.

Logo, quando informo que sou prostituta, não estou apenas me colocando no plano dos sujeitos de pesquisa, anuncio que faço parte de um grupo de pessoas que costuma mais ser pesquisado, do que pesquisador nos meios acadêmicos. Vê-se aqui que um dos meus desafios era contestar algumas proposições feministas sobre uma puta poder ser uma feminista, e então uma pesquisadora feminista. Quando pensava a respeito disso, notei que deveria alertar os leitores que, assim como aponta Harding (1987), uma epistemologia é uma teoria de conhecimento que responde à pergunta de quem pode ser um “sujeito do conhecimento”. E que trata também dos testes aos quais as crenças devem ser submetidas para serem legitimadas como conhecimento.

Se, por um lado, as epistemologias tradicionais excluem sistematicamente, com ou sem intenção, a possibilidade de que mulheres sejam agentes de conhecimentos, em que a voz da ciência é masculina e que a história se faz escrita do ponto de vista dos homens (que pertencem à classe e à raça “dominante”), por outro, uma vez entendido o caráter arrasadoramente mítico do “homem” universal e essencial que foi sujeito e objeto paradigmático das teorias não feministas, também começaremos a duvidar da utilidade da análise que toma como sujeito ou objeto uma mulher universal, como agente do pensamento (Harding, 1987).

Desse modo, notem que, assim como as “teorias patriarcais não foram criadas para explicar a experiência dos homens em geral, mas tão somente de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais” (Harding, 1986: 96), as feministas teóricas majoritariamente também procedem dessas mesmas camadas sociais, contudo, não por conspiração, mas devido ao padrão histórico que leva apenas indivíduos pertencentes a essas classes a disporem de tempo e recursos para fazerem teorias, e unicamente mulheres dessa origem social fazerem-se ouvir (Harding, 1986).

Isto posto, é preciso lembrar, como já disse anteriormente, tomei o putafeminismo como perspectiva para construção de minha pesquisa. E sem mais delongas, assim como sugere Monique Prada (2018: 37)

o putafeminismo é um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, trabalhadoras sexuais, podemos combater o estigma, podemos nos afirmar feministas, e lutar por direitos sem que para isso precisemos abrir mão do trabalho ou nos envergonharmos dele.

Além disso, a autora ainda afirma que o feminismo das putas pode ser visto como uma possibilidade de repensar toda a estrutura da prostituição, de modo a identificar e combater as opressões que nela existem (Prada, 2018). Quando me vi às voltas com uma pesquisa de possível inspiração putafeminista, levei em consideração as apostas de Prada, e inspirei-me no que o campo e meu cotidiano de trabalho apontavam: trabalhadoras sexuais podem ser agentes de conhecimento.

Isto que a mim pessoalmente soava com certa obviedade, foi fundamental para fazer oposição às interpretações reducionistas e estereotipantes da figura da puta como vítima, perversa, incapaz, e etc. Através da apresentação da produção de saberes que emergem no contexto da prostituição, trilhei meus passos em salto de alto de puta, pesquisadora e feminista.

Compreendi que as experiências das putas precisam aparecer como caráter principal quando se enseja realizar uma pesquisa com foco no putafeminismo. Em meu caso, não houve, portanto, um teórico específico em que me baseei, ou me amparei na construção do meu trabalho, pois optei por colocar as experiências das putas e seus saberes contornando várias discussões, formando diálogo e contraposições com diversos autores.

Todavia, atrelada a tantos dissensos sobre o assunto, prevejo a necessidade de discutir minha complicada posição de prostituta, putafeminista, pesquisadora e psicóloga, e como frente a estas múltiplas posições, decidi conduzir minhas escritas. Para isso, alio-me a algumas ponderações de Donna Haraway sobre políticas de posicionamento e produção de objetividade nas pesquisas feministas.

A autora aposta na concepção de que não basta apontar e criticar as contingências históricas e os modos de construção de tudo. Precisamos de uma rede de conexões que incluam a capacidade de traduzir conhecimentos entre diferentes comunidades. Para pensar essas questões, Haraway (1995) aponta para um projeto

feminista que leve em consideração a objetividade. A objetividade que a autora evoca não é dessas que nos soa desagradavelmente, e que nos faz contestar sua suposta transcendência, e seus desejos de teorizar o mundo e agir sobre ele em termos de sistemas globais.

A objetividade à qual ela se refere é constituída por saberes localizados, ou seja, um conhecimento pode ser considerado objetivo à medida que revela seu caráter não universal, mas local e parcial. A autora ainda entende que, para a construção e o manuseamento desses saberes localizados, devemos evocar metaforicamente o sistema sensorial da visão (Haraway, 1995).

Haraway (1995) entende as críticas feministas ao sistema da visão na construção de saberes, compreende que este sistema sensorial tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, isto é, para um olhar conquistador que não vem de lugar algum, que é neutro, descorporificado. E aposta numa escrita feminista que enfatize e resgate a visão, mas que a entenda de um outro modo.

Assim, pode-se questionar: de qual visão ela fala? De uma visão baseada em uma política de posicionamentos, uma visão que se dê a partir de um corpo marcado que reconhece sua perspectiva parcial, uma vez que apenas ao admitirmos a perspectiva parcial de nossa visão é que podemos dizer onde estamos e onde não estamos, e assim nos responsabilizarmos tanto pelas suas promessas criadas quanto pelos monstros destrutivos (Haraway, 1995).

Ante a essas ponderações, quando penso sobre a política de posicionamentos que a autora aponta, e entendo que pesquisei de maneira próxima às minhas colegas de trabalho, isto é, junto a elas em momentos que compartilhamos o mesmo ambiente de trabalho, e que convivíamos, compreendo que o posicionamento que ocupo me abre novas possibilidades de discutir nossas experiências. Isto porquê meu posicionamento enquanto prostituta pode gerar outras perspectivas, que, caso não fosse eu uma puta, talvez não surgissem.

Destarte, concordo com Haraway (1995) sobre os riscos e limitações disso. Ela alerta que não é raro que se acredite que a perspectiva dos subjugados forneça uma visão melhor, e que diante disso pode-se haver o risco de se romantizar as perspectivas destes grupos. Ela afirma que

Há um grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos. Mas aqui há um sério perigo em se romantizar e/ou apropriar a visão dos menos poderosos ao mesmo tempo que se alega ver desde a sua posição. Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que “nós” “naturalmente” habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados (Haraway, 1995: 23).

Por isso deve-se entender que os posicionamentos dos subjugados não devem permanecer isentos de uma reavaliação crítica, uma vez que as perspectivas dos subjugados não são posições inocentes. E costumam ser preferidas porque, a

priori, são as que têm menos probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento (Haraway, 1995).

Neste caminho de ponderação sobre minha posição subjugada, ainda convergindo com autora, meu preocupei e ainda me preocupo que os conhecimentos produzidos possam partir de posicionamentos que consigam ser responsabilizados por aquilo que produzem, e para isso não bastaria apenas nos posicionarmos. Para Haraway (1995), é preciso reconhecer que o eu é dividido e contraditório e que pode ser interrogado e chamado a prestar contas. Ela ainda sugere que haja uma adesão a posicionamentos móveis e ao distanciamento apaixonado que dependem da impossibilidade de epistemologias de “identidade” inocentes.

Haraway (1995) entende assim que é reconhecendo nossas divisões, e múltiplas composições, que devemos nos mover e transitar de forma a buscar uma posição não de identidade com os sujeitos da pesquisa, mas de conexão parcial. Tal conexão trata da percepção de que não somos idênticos aos sujeitos da pesquisa. Afinal, a procura por uma posição inteira acaba por denunciar a busca por um “objeto” de pesquisa perfeito e fetichizado.

Quando ponho em evidência a preocupação de Haraway (1995) quanto a escolha de uma posição que não seja identidade com os sujeitos de pesquisa, é preciso que fique exposto que não se trata de colocar-se em posição superior ou inferior a estes sujeitos. Em meu caso, por exemplo, não se trata de sentir-me superior às minhas colegas prostitutas. O que a autora sugere, e o que com ela convirjo, é que uma vez que se busca uma posição de identificação, busca-se pelo igual.

Para que fique mais explícito, pensem na situação em que me encontro, imaginem que procuro uma posição de identificação, que procuro por algo idêntico. Isto poderia sugerir que estou entendendo que nós, prostitutas, somos todas iguais, que pensamos da mesma forma, que temos a mesma opinião sobre as questões que apresento neste ensaio. E que a Deusa nos livre de uma coisa dessas, seria uma confusão danada caso eu, esta piranha acadêmica, dissesse que agora inventei a roda e criei um meio de apresentar os anseios de todas as prostitutas, pois conheço algumas que refutariam metade deste texto, assim como conheci outras que me inspiraram a inscrevê-lo.

Apesar de concordar e apostar nas questões levantadas por Haraway sobre a política de posicionamentos, e a necessidade de assumir minha conexão parcial para com sujeitos de pesquisa, para então colocar-me a produzir uma pesquisa com a objetividade feminista. Penso que, infelizmente, a conexão parcial evocada, por si só, sob alguns pontos de vista, também não dê conta de assegurar uma pesquisa de uma puta que pesquisa a putaria. Imaginem o atrevimento, uma puta universitária falando sobre prostituição? E afirmando este lugar enquanto uma conexão parcial. É certo que minhas palavras podem soar como levianas para alguns colegas pesquisadores.

O que tento dizer é que no caso de uma puta universitária as opiniões sobre prostituição tendem a ser desconsideradas justamente devido ao lugar de privilégio que dizem que ela ocupa. Como se ter podido estudar me ligasse diretamente à posição de prostituta de classe média e, portanto, “privilegiada” demais para compreender o

que se passa nas experiências de prostitutas pobres. Isto como se putas ditas de classe média também não pudessem opinar sobre o próprio trabalho, mesmo levando em consideração os diferentes contextos em que o trabalho sexual pode ser realizado.

E mais; se, porventura, eu fosse entendida como a mulher pobre que ainda sou, pois ainda não entendi a equação de que uma puta que estuda tem necessariamente que ser rica; ou fosse eu paupérrima, como era antes de exercer o trabalho sexual, seria um tanto mais difícil optar no meio acadêmico, por não ter conseguido chegar aos bancos universitários.

Portanto, não ser uma puta universitária também me faria ser entendida como incapaz de discordar a respeito daquilo que dizem sobre minhas experiências, uma vez que é justamente a falta de acesso aos conhecimentos dos acadêmicos que faz certas perspectivas afirmarem que prostitutas não são capazes de pensarem por si. Por isso resolvi apostar nas prostitutas como agentes de conhecimento, pois, como podem perceber, não importa se quem fala é uma puta universitária ou uma puta que não estudou. Se não dançar conforme a música, se discorda do que esperam com que você concorde, empreender uma pesquisa de cunho putafeminista, quando se é puta, gera rebuliços.

Explanados impasses, contradições e inquietações em torno da aposta putafeminista e do meu posicionamento, irei explicar agora porque, para demonstrar os saberes e as experiências das prostitutas, optei por aliar epistemologia e metodologia feminista às políticas de narratividade do filósofo Walter Benjamin.

Narrativas benjaminianas como ferramenta de pesquisa

No início das discussões onde evoquei Haraway (1995), vimos que a autora sugere que precisamos de uma rede de conexões que incluam a capacidade de traduzir conhecimentos entre diferentes comunidades. Neste ponto, comecei a pensar em um meio que possibilitasse a tradução daquilo que percebia no campo de pesquisa. Como inscrever os saberes localizados na zona, e ainda como trazer as experiências das putas para minha pesquisa, de modo que exponham suas divergências e convergências entre algumas perspectivas sobre prostituição?

Em meio a esta dúvida, durante as caminhadas entre puteiros e universidade, percebi que os trabalhos escritos por muitas prostitutas, ou ex-prostitutas, eram compostos majoritariamente a partir de narrativas sobre a experiência com o trabalho sexual. Por meio disso, passei a compreender a narratividade como uma ferramenta para denotar saberes e experiências que atravessam a zona, e que são capazes de disputar outras versões sobre as histórias que normalmente se ouvem acerca das prostitutas.

Escolhi as narrativas a partir da perspectiva de Benjamin (1987), uma vez que, nas proposições do autor, as narrativas surgem como uma possibilidade de fazer reflexão crítica acerca da historiografia vigente. Ele propõe narrativas como

um modo de se questionar as histórias universalizantes, pois essas histórias acabam por contar os fatos a partir das perspectivas daqueles que venceram. Ou seja, para Benjamin (1987), a construção histórica foi realizada por meio do estabelecimento de relações empáticas entre investigadores historicistas com os vencedores. Sobre isso, ele diz ainda que

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos de bens culturais (Benjamin, 1987: 225).

Quando o autor sugere que os dominadores espezinham os corpos no chão, como num cortejo, ele diz da reificação da celebração dos mais fortes a respeito de suas perspectivas dominantes. Nota-se, com isso, que há outras histórias e outras verdades por detrás das histórias contadas por aqueles que venceram.

Assim, inscrever outras histórias por meio de uma perspectiva putafeminista me permitiu isto que sugere Marcelo Ferreira (2011), sobre as narrativas benjaminianas: trazer em questão a versão daqueles que foram vencidos, de modo a submeter o esquecimento a um questionamento político. Ou seja, foi possível, por meio das narrativas enquanto ferramentas, perguntar o que as narrativas dominantes se esquecem de contar? E por que esquecem? Narrar é então necessário porque pode interromper versões dominantes sobre o passado e ajudar na composição de um novo “agora”. Foi um meio também de questionar a posição neutra da história que nos é contada, e afirmar o posicionamento bem demarcado de uma pesquisa de cunho feminista.

Notem, portanto, que narrar fora o modo que encontrei para projetar uma perspectiva putafeminista, para o que se sabe das prostitutas, para o que se entende sobre o trabalho sexual, o que viabiliza refutar conceitos prontos e universalizantes sobre o assunto, e traduzir ao meio acadêmico essas outras histórias e perspectivas. Escrever as histórias da zona é escrever uma anti-história, que permite abrir uma fenda nos saberes e perspectivas que são produzidos **sobre** as putas e não **com** elas. O que almejei fazer com isso foi evitar, assim como sugere Ferreira (2011), que se negue a palavra aos vistos como vencidos.

Ao atrelar a aposta da metodologia feminista e inscrição de narrativas, menos que tomar a narratividade como um adereço, ou uma estética vazia, o acoplamento se deu como um meio de criar uma imagem daquilo que se passava nas zonas pesquisadas, como também apresentar e traduzir os saberes localizados por lá, e levar as experiências das putas para o ambiente acadêmico. Nos cabarés voltei-me aos detalhes, às conversas; foi, então, entre detalhes, conversas e conselhos, por aquilo que passava por nossos corpos, por nossos sentidos, meu e das colegas putas – foi por esse caminho que narrei as experiências da zona, e inscrevi uma pesquisa de cunho putafeminista.

Referências

- BEAUVOIR, Simone. (2016). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BENJAMIN, Walter. (1987). *Obras escolhidas 1: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense.
- BLANCHETTE, Thaddeus; SILVA, Ana Paula da. (2018). Classy Whores: Intersections of Class, Gender, and Sex Work in the Ideologies of the Putafeminista Movement in Brazil. *Contexto int.* v. 40, n. 3: p.549-571 [online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292018000300549&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2019.
- DWORKIN, Andrea. (1993). Prostitution and Male Supremacy. *Michigan Journal of Gender and Law* n.1 [online]. Disponível em: <https://repository.law.umich.edu/mjgl/vol1/iss1/1>. Acesso em 13 fev. 2020.
- FERREIRA, Marcelo Santana. (2011). Walter Benjamin e a questão das narratividades. *Mnemosine*, v. 7, n. 2: p.121-133 [online]. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41479>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- FONSECA, Claudia. (2016). Feminismos e estudos feministas: com as trabalhadoras sexuais na mira. *Cad. Pagu*, n. 47, [online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200303. Acesso em: 31 mar. 2020.
- HARAWAY, Donna. (1985). “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: TADEU, Tomaz. (Org.). (2016). *Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.
- HARDING, Sandra. (1986). “As instabilidades das categorias analíticas na teoria feminista”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). (2019). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- HARDING, Sandra. (1987). “Existe un método feminista?”. In: BARTA, Eli (Org.). (2002). *Debates en torno a una metodología feminista*. 2. ed. México: Universidad Autónoma Metropolitana.
- JULIANO, Dolores. (2005). El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. *Cad. Pagu*, n. 25: p.79-106 [online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=es . Acesso em: 31 mar. 2002.

KUHN, Thomas. (2017). *A Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

LOURO, Guacira Lopes. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

MAYORGA, Claudia; DINIZ, André Geraldo Ribeiro. (2018). Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas. *Psicol. Soc.*, v.30 [online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822018000100221&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 set. 2019.

OLIVAR, José Miguel Nieto. (2012) Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis?. *Sex., Salud Soc* n. 11: p.88-121 [online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500005. Acesso em: 03 out. 2019.

PATEMAN, Carole. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PISCITELLI, Adriana. (2005). Apresentação: gênero no mercado do sexo. *Cad. Pagu*, n. 25: p.7-23 [online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200001. Acesso em: 16 set. 2019.

PISCITELLI, Adriana. (2016) Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade. *Revista Mundaú*, n. 1, p. 73-90.

PRADA, Monique. (2018). *Putafeminista*. São Paulo: Veneta.

RIBEIRO, Djamila. (2019). *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen.

SKACKAUSKAS, Andreia. (2014). *Prostituição, gênero e direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Recebido em 03/04/2020.

Aceito em 22/11/2020.